

FRAUDES

Alerta ao golpe da renda extra

Bandidos conquistam confiança das vítimas pagando pequenas quantias pela realização de “tarefas”, como curtir e comentar postagens

» HENRIQUE FREGONASSE*

Um novo golpe tem tido grande repercussão nas redes sociais, principalmente entre usuários que buscam uma renda extra. Nesta semana, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) emitiu um alerta sobre criminosos que têm utilizado aplicativos de mensagens para oferecer uma oportunidade de ganhar dinheiro de forma rápida e fácil em troca da realização de simples tarefas, como curtir fotos, comentar postagens e seguir contas de empresas e lojistas nas redes sociais.

Chamada de “golpe da tarefa” ou “golpe da renda extra”, a prática começa com a criação de perfis falsos em aplicativos de mensagens como o WhatsApp — no qual esses perfis costumam estar vinculados a números de telefone de outros países —, em que o criminoso se apresenta como representante de uma empresa de marketing digital que está selecionando interessados para trabalhar de maneira on-line.

Sob a justificativa de ajudar comerciantes a ter maior visibilidade na internet, o golpista explica que o trabalho consiste na realização de pequenas tarefas diárias, oferecendo ganhos que podem variar entre R\$ 100 e R\$1,5 mil por dia.

Acertando a proposta, o participante é adicionado a um grupo de mensagens. No início, as pequenas tarefas realmente são remuneradas, e o golpista faz depósitos na conta da vítima para gerar certa credibilidade, mas, sempre, em operações de baixo valor.

A partir daí, chega um momento em que a vítima recebe uma tarefa que requer um pagamento para a participação, valor que o golpista afirma que será recuperado ainda no mesmo dia.

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Golpistas convencem pessoas a seguir perfis falsos de empresas com a promessa de dinheiro fácil até criar uma relação de confiança com a vítima

Outros participantes do grupo de mensagens enviam comprovantes de pagamentos recebidos após a realização das tarefas, o que induz a vítima a continuar no esquema. Essas tarefas pré-pagas prometem ganhos mais altos. Após a vítima depositar o dinheiro, o golpista desaparece.

“No começo, parece ser uma oportunidade de ganhar dinheiro de forma fácil. Os golpistas chegam a pagar as comissões das primeiras tarefas até que

oferecem uma tarefa pré-paga com promessa de ganhos elevados. É nesse momento que aplicam o golpe. Bloqueiam o usuário do grupo e somem, levando a vítima a ter um grande prejuízo financeiro”, alerta Adriano Volpini, diretor do Comitê de Prevenção a Fraudes da Febraban.

Para o advogado especialista em crimes cibernéticos Luiz Augusto D’Urso, o golpe da tarefa recebeu notoriedade porque é, de fato, eficiente. Ele explica

que os criminosos tratam a prática como um “investimento” para criar um laço de confiança com as vítimas.

“Eles perceberam que, ao contar uma história, com a monetização e a remuneração por parte deles para as vítimas, cria-se um laço de confiança. A pessoa, naquele momento em que recebe um valor de pagamento de R\$ 20 ou R\$ 30 ao realizar a primeira tarefa, cria muita confiança porque a presunção, antigamente,

era a de que criminosos não pagam ninguém. Só que, agora, eles estão pagando. São valores baixos, mas que são significativos quando falamos de muitas vítimas, para, de fato, investir no golpe”, explica.

Na análise de D’Urso, esse não é um golpe orquestrado por criminosos despreparados. “Me parecem quadrilhas altamente especializadas e com conhecimento técnico avançado, porque parte desses golpes é realizada pelo que

chamamos de chatbot. Eles programam diretrizes e falas padrão para induzir aquela vítima. Essa é a razão de, na maioria dos casos, serem utilizados números de telefone internacionais. É para dificultar as investigações”, ressalta.

O advogado explica que, caso a pessoa acabe caindo nesse golpe, é imprescindível que ela entre em contato com o banco o mais rapidamente possível, para que sejam adotadas medidas de segurança como o bloqueio do aplicativo e de senhas de acesso. Após isso, é importante que seja registrado um boletim de ocorrência contra os golpistas e, em alguns casos, acionar judicialmente o próprio banco.

“Acionar também os bancos judicialmente para que sejam verificadas as informações utilizadas na abertura dessas contas. Muitas vezes, o banco não é eficiente, permite a abertura de contas com documentação incompleta e isso gera, também, responsabilidade dos bancos. Então, na ação judicial, não só contra os autores ou contra os laranjas, muitas vezes contra os bancos é possível ter os valores devolvidos por decisão judicial”, indica.

Adriano Volpini, diretor do Comitê de Prevenção a Fraudes da Febraban, reforça a importância de se duvidar do “mito do dinheiro fácil”. “Pare, pense e sempre desconfie de propostas de trabalho que você tenha que pagar antes de receber o dinheiro. Outra recomendação é desconfiar de promessas de vantagens exageradas. E jamais deposite dinheiro na conta de quem quer que seja com a finalidade de garantir uma oportunidade ou um negócio”, acrescenta.

*Estagiário sob supervisão de Vinicius Doria

Polícia Federal investiga venda de atestados via AtesteMed

» HENRIQUE LESSA

Na expectativa de diminuir a fila do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a atual gestão vem apostando na utilização de ferramentas de informática e na simplificação do processo de solicitação do auxílio por incapacidade temporária — conhecido como auxílio-doença —, identificado como um dos principais gargalos. Mas a ampliação da utilização do sistema AtesteMed, que permite ao segurado solicitar o benefício apenas enviando, pela internet, um atestado médico, vem sendo criticada pela Associação Nacional dos Médicos Peritos (ANMP), que defende que a plataforma permite fraudes.

O INSS nega que o sistema on-line facilite a ocorrência de fraudes e aponta que as tentativas de burlar o AtesteMed foram encaminhadas para a investigação da Polícia Federal. Inclusive vídeos de empresas que oferecem, nas redes sociais, atestados via internet, sem necessidade de consulta ao médico.

No material, recebido pela reportagem, observa-se uma montagem de uma fala do presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, que comemora o sucesso do AtesteMed e diz que os segurados não precisam mais recorrer à ajuda de parentes ou agiotas, seguida pela mensagem de uma locutora que apresenta uma plataforma para venda de atestados médicos pela internet.

A ANMP nega que esteja ajudando a disseminar o vídeo, mas admite que repassa o conteúdo como uma forma de criticar a gestão do presidente do INSS. “Esse vídeo não é da ANMP, nós recebemos pelas redes e essa plataforma de atestados falsos já foi denunciada para o Conselho Regional de Medicina de São Paulo. A gente apenas recebeu e resolveu espalhar para mostrar para vocês e para todo mundo a gravidade da situação gerada

INSS/Divulgação



INSS afirma que o AtesteMed é seguro e que informou à Polícia Federal que há golpistas tentando usar o sistema para vender atestados on-line

pelo presidente Stefanutto, por ele ficar prometendo para todo mundo, 24 horas, em vídeos, nas redes, que as pessoas podem conseguir benefícios sem ter que passar na perícia presencial. A culpa disso é do Stefanutto”, disse, ao **Correio**, o vice-presidente da entidade, Francisco Cardoso. A entidade defende que as perícias sejam feitas exclusivamente de forma presencial.

Segundo a assessoria do INSS, o vídeo é uma fake news que usa indevidamente a imagem do presidente do órgão, e promete que as medidas judiciais serão tomadas. O presidente da autarquia aponta que a própria associação pode ser responsabilizada.

“Vídeos que orientem como burlar a lei ou como conseguir um atestado fraudulento pela internet são criminosos.

Compartilhar essas informações falsas que induzem ao crime também caracteriza delito”, apontou Stefanutto.

Mesmo com a possibilidade de responsabilização, a ANMP não recuou e provocou: “Stefanutto pode ameaçar à vontade, se ele ousar tentar culpar a gente por esse vídeo, ele vai ter uma discreta surpresa no tribunal”, disse Francisco Cardoso.

Caminho sem volta

A promessa do INSS é que as fraudes serão combatidas. Apesar das críticas, Stefanutto lembra que a plataforma AtesteMed não é nova.

“O sistema do AtesteMed foi criado em agosto de 2022. Portanto, no governo anterior. O que nós fizemos foi aprimorar o que já estava feito e temos tido bons

resultados. Alegações de que está havendo aumento de gastos, de que qualquer pessoa vai receber dinheiro do INSS e que haverá aumento nas fraudes não são verdadeiras. Primeiro, porque, para ter direito ao auxílio-doença, é preciso contribuir com a Previdência ou estar na qualidade de segurado. Segundo, porque atestados que tenham algum dado errado, rasura ou indício de irregularidade não são aceitos, e o segurado é encaminhado à perícia médica presencial”, explicou o presidente do INSS.

O ministro da Previdência, Carlos Lupi, desde o início do governo, se comprometeu em reduzir a fila dos segurados que aguardam atendimento do INSS, que chegado a 1,8 milhão em 2023 e, apesar de uma pequena redução, em novembro, ainda somava 1,6 milhão

de pessoas que esperam a concessão de benefícios. Para o INSS, um dos gargalos da fila é a perícia médica, mas, desde o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a associação profissional dos médicos peritos e o Ministério da Previdência vêm trocando farpas.

Para a advogada especializada em direito médico e professora da faculdade Unimed Katia Tinoco, não resta dúvida de que o vídeo repassado é criminoso. “É, evidentemente, uma fake news, está vendendo atestados. Eles pegaram uma fala do presidente do INSS, distorceram para vender esses atestados. Isso é crime, não se pode comprar ou vender atestados, é proibido. Mas, hoje, vemos várias empresas oferecendo isso pela internet”, lamentou a advogada.

A especialista aponta que a lei

já permite a concessão de benefícios com um laudo médico externo. Segundo ela, a realização da perícia presencial do INSS não é uma obrigação legal, e sim uma camada a mais de segurança para o controle da própria autarquia. Ela avalia que, assim como a telemedicina é um caminho sem volta, a utilização de novas tecnologias é positiva. Mas alerta que, seja na perícia ou no atestado, seja no consultório ou no atendimento virtual ao paciente, a responsabilidade jurídica do médico não muda.

“O AtesteMed é um modelo excelente para facilitar a vida do usuário, mas, se é eficiente, só vamos ver com o tempo. A concessão de benefícios do INSS por meio do sistema, realmente, pode aumentar as fraudes, mas tudo pode ter fraude. O que é preciso é combater o crime”, aponta Tinoco.



O AtesteMed é um modelo excelente para facilitar a vida do usuário, mas, se é eficiente, só vamos ver com o tempo. A concessão de benefícios do INSS por meio do sistema, realmente, pode aumentar as fraudes, mas tudo pode ter fraude. O que é preciso é combater o crime”

Kátia Tinoco, advogada e especialista em direito médico